

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE

Aviso n.º 6001/2001 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de hoje, foi celebrado contrato a termo certo, por seis meses, com início nesta data, com o engenheiro florestal David Luís Teixeira Magalhães, para prestar serviço neste município, como engenheiro florestal de 2.ª classe.

20 de Junho de 2001. — O Presidente da Câmara, *Álvaro Pinto Simões*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL

Aviso n.º 6002/2001 (2.ª série) — AP. — *Afixação da lista de antiguidade do pessoal do quadro do município.* — Rui Miguel da Silva, presidente da Câmara Municipal de Arganil:

Faz público que, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 503/99, de 20 de Novembro, e 70-A/2000, de 5 de Maio), foi afixada em diversos serviços desta Câmara Municipal a lista supramencionada, elaborada nos termos do artigo 93.º do mesmo diploma legal.

30 de Maio de 2001. — O Presidente da Câmara, *Rui Miguel da Silva*.

Aviso n.º 6003/2001 (2.ª série) — AP. — Rui Miguel da Silva, presidente da Câmara Municipal de Arganil:

Faz público, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que foi celebrado, entre esta Câmara Municipal e o trabalhador abaixo mencionado, contrato de trabalho a termo certo, nos termos do disposto no artigo 18.º do mesmo diploma legal, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, na seguinte carreira e categoria:

João Carlos Tavares Ferreira — assistente administrativo, escalão 1, índice 191, a partir de 13 de Junho de 2001, por período de 12 meses.

Contratação isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea f) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

13 de Junho de 2001. — O Presidente da Câmara, *Rui Miguel da Silva*.

Aviso n.º 6004/2001 (2.ª série) — AP. — Rui Miguel da Silva, presidente da Câmara Municipal de Arganil:

Faz público que, de acordo com o seu despacho datado de 28 de Maio de 2001 e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, foi renovado, por mais seis meses, nos termos do artigo 20.º do mesmo diploma legal, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com efeitos a partir de 14 de Junho de 2001, o contrato de trabalho a termo certo com o trabalhador Jorge Abílio Fernandes Pereira, com a categoria de auxiliar técnico de arquivo e documentação.

15 de Junho de 2001. — O Presidente da Câmara, *Rui Miguel da Silva*.

Aviso n.º 6005/2001 (2.ª série) — AP. — Rui Miguel da Silva, presidente da Câmara Municipal de Arganil:

Faz público que, de acordo com o seu despacho datado de 28 de Maio de 2001 e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, foi renovado, por mais seis meses, nos termos do artigo 20.º do mesmo diploma legal, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com efeitos a partir de 14 de Junho de 2001, o contrato de trabalho a termo certo com o trabalhador Jorge Abílio Fernandes Pereira, com a categoria de auxiliar técnico de arquivo e documentação.

15 de Junho de 2001. — O Presidente da Câmara, *Rui Miguel da Silva*.

CÂMARA MUNICIPAL DA AZAMBUJA

Aviso n.º 6006/2001 (2.ª série) — AP. — *Revisão do Plano Director Municipal.* — Luís Manuel Abreu de Sousa, vice-presidente da Câmara Municipal da Azambuja:

Torna público que, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º, do n.º 1 do artigo 74.º e do n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e em conformidade com a deliberação de Câmara do dia 27 de Dezembro de 1999, se vai dar início ao processo de revisão do Plano Director Municipal.

A todos os interessados que desejem formular reclamações, observações ou sugestões é fixado um prazo de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, as quais devem ser apresentadas, por escrito, mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara, no qual deverá constar a identificação e fundamentação das propostas apresentadas, acompanhado de plantas de localização com a identificação do local, a entregar na Divisão de Urbanismo, ou através de carta registada.

Para constar se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

21 de Junho de 2001. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *Luís Manuel Abreu de Sousa*.

CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO

Editais n.º 311/2001 (2.ª série) — AP. — Dr.ª Emília dos Anjos Pereira da Silva, presidente da Câmara Municipal de Baião:

Faz público que, no uso das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 68.º, n.º 1, alínea u), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, em execução do que dispõe o artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, foi deliberado pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 22 de Maio de 2001, e pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 25 de Junho de 2001, aprovar o Regulamento do Parque de Campismo de Baião, o qual entra em vigor 30 dias após a sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais de estilo do concelho.

26 de Junho de 2001. — A Presidente da Câmara, *Emília dos Anjos Pereira da Silva*.

Regulamento do Parque de Campismo de Baião

Nota justificativa

O Decreto Regulamentar n.º 33/97, de 17 de Setembro, estabelece o regime jurídico aplicável aos parques de campismo públicos.

Com o presente Regulamento pretende-se dotar a Câmara Municipal de Baião de um instrumento legal orientador de regras de conduta que devem ser observadas e cumpridas pelos utentes, em especial corporizar as responsabilidades que estão subjacentes a esta autarquia.

Assim, ao abrigo e nos termos da competência prevista pelos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República e conferida pela alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, com remissão para a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e em cumprimento do disposto no artigo 22.º do aludido decreto regulamentar, é elaborado o presente Regulamento do parque de campismo municipal.

CAPÍTULO I

Disposições introdutórias

SECÇÃO I

Disposições genéricas

Artigo 1.º

Objectivo do parque de campismo

O parque de campismo do concelho de Baião destina-se exclusivamente à prática de campismo e caravanismo.

Artigo 2.º

Funcionamento e utilização

1 — O funcionamento e utilização do parque reger-se-á pelas normas constantes do presente Regulamento e demais legislação aplicável.

2 — Os preços e taxas de utilização constarão de tabela anexa.